

Ilma. Sr. Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São Bento Abade - MG.

PROCESSO Nº: 00046 / 2017.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 00029/2017.

Assunto: Apresentação de Impugnação ao Edital

JEFERSON JÚNIOR BERNARDES-ME, representado por seu sócio gerente, JEFERSON JUNIOR BERNARDES, brasileiro, empresário, portador do RG MG-13.968.555, expedido pela SSP/MG, residente e domiciliado na Rua Mário Ribeiro Junqueira, nº 360, Bairro Centro, na cidade de Conceição do Rio Verde – MG, CEP – 37.130-000, vem com o devido respeito e acatamento perante Vossa Senhoria apresentar impugnação do Edital em epígrafe, expor e no final requerer o que abaixo aduz:

A impugnante tomou conhecimento do Edital mencionado no preâmbulo, o qual traz no seu bojo os documentos relativos à qualificação técnica, as seguintes exigências: “**XVIII - Certificado de cadastro da empresa licitante junto ao ministério do Turismo (CADASTUR) em atividade de prestador de infraestrutura, de apoio para eventos e organizadora de eventos;**

XIX - Comprovante de Registro da Empresa licitante no corpo de bombeiro militar de minas gerais atestando que a mesma esta apta a exercer as atividades de instalação e manutenção de Sistema Preventivo Contra Incêndio;

RECEBIDO EM 12/09/2017

13/09/2017
PREF. MUNIC. DE SÃO BENTO ABADE-MG

Fabio Maximiliano de Rezende
Chefe de Serviço de Compras
CPF-055.949.746-60



XXIII - Certidão Negativa de Débitos, referente ao Ministério do Meio Ambiente, comprovando não haver qualquer débito reclamado pelo IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;

XXIV - Licença de Atividade de Empresa, expedida pela Polícia Civil ou Órgão Competente, referente a exercer a Atividade de Fogos de Artifícios, Artigos Pirotécnicos e Shows Pirotécnicos. A licença deverá estar em nome da empresa licitante, ou no caso de não estar, deverá a mesma comprovar seu vínculo através de Contrato de Prestação de Serviços Pirotécnicos com firma reconhecida em cartório;

XXV - Comprovação da empresa de possuir em seu quadro permanente profissional técnico responsável pelo show pirotécnico. A Comprovação de que o profissional seja qualificado será feita através da apresentação da Carteira de Blaster Pirotécnico, emitida pelo órgão competente, devidamente válida na data de abertura da licitação; Comprovação de que o profissional faz efetivamente parte do quadro permanente da empresa será feita pela apresentação de cópia autenticada da ficha de registro de empregado com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho, ou do contrato de prestação de serviço, devidamente autenticado e com firmas reconhecidas."

Conforme se depreende nos itens elencados, estes estão fora das exigências do art. 30 da Lei 8.666/93 e suas alterações, os quais frustra o caráter competitivo do certame.

Lei 8.666/93, no tocante às exigências referentes à qualificação técnica, reza o seguinte:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnicos adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por ATESTADOS fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente REGISTRADO nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:



I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedado as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

§ 2º As parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo, mencionadas no parágrafo anterior, serão definidas no instrumento convocatório.

§ 3º Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou ATESTADOS de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

§ 4º Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

§ 5º É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda **EM LOCAIS ESPECIFICOS, ou QUAISQUER OUTRAS NÃO PREVISTAS NESTA LEI, que INIBAM A PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.**

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

§ 8º No caso de obras, serviços e compras de grande vulto, de alta complexidade técnica, poderá a Administração exigir dos licitantes a metodologia de execução, cuja avaliação, para efeito de sua aceitação ou não, antecederá sempre à análise dos preços e será efetuada exclusivamente por critérios objetivos.

§ 9º Entende-se por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

§ 10. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-profissional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.”

A permanência destes itens na norma editalícia inibe a competitividade, uma vez que provavelmente esta licitação está direcionada apenas e



tão somente para a empresa que detém estes documentos não listados pela legislação vigente.

A Constituição Federal não admite que as licitações contenham cláusulas restritivas à participação dos interessados: art. 37, XXI:

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**”

Esta disposição é repetida no art. 3º, § 1º, I, da Lei n. 8.663/93:

“É vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o objeto do contrato”, ressalvadas exceções (§§ 5º a 12 do artigo e art. 3º da Lei n. 8.248/91, que dizem respeito a produtos manufaturados, serviços e informática)

Então, por disposição constitucional e legal, as únicas exigências que a administração pode fazer dos interessados em licitar são aquelas indispensáveis ao cumprimento do contrato, sob pena de violação do princípio da competitividade.

Pelo que se observam as exigências estabelecidas no edital não tem nenhum vínculo com o objeto do certame

A continuidade no processo licitatório, torna ele vicioso e com possibilidade de ajustamento pelo poder judiciário e representação ao Ministério Público Estadual.



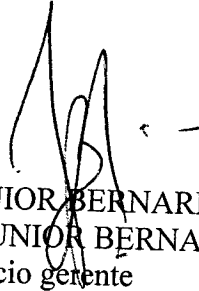
Em sendo assim, requer que a impugnação seja conhecida e provida por ser ela tempestiva, no sentido de que sejam excluídos do edital os itens objeto desta impugnação.

Requer finalmente que seja a impugnante seja notificado a tempo para outras medidas que se fizerem necessárias.

Termos em que

Pede deferimento.

Conceição do Rio Verde, 12 de setembro de 2017.



JEFERSON JÚNIOR BERNARDES-ME
JEFERSON JUNIOR BERNARDES
Sócio gerente